

Florianópolis se prepara para o XVII Encontro Nacional



O Encontro Nacional da ANFIP já passou por 16 cidades-sede e nesta edição será realizado em Florianópolis. Em parceria com a Estadual de Santa Catarina, o evento está marcado para o período de 28 a 30 de maio de 2020.

Momento de reencontro e de relevantes debates. Além da interação entre os associados, a programação traz temas de destaque, como os desafios da carreira de Auditor Fiscal, os impactos socioeconômicos em relação ao atual cenário político brasileiro, as reformas Administrativa e Tributária, PECs em tramitação pertinentes à Entidade e muito mais. Um evento de repercussão nacional que promete o aprimoramento das demandas associativas.

Se você é Auditor Fiscal, não

fique de fora! Faça agora mesmo a sua inscrição: acesse a página do XVII Encontro Nacional e garanta a sua vaga. No site você também será direcionado para a compra de passagens aéreas e hospedagem, com pacotes oferecidos pela Açoriana Turismo.

Liberação de ponto - Os Auditores Fiscais ativos, associados da ANFIP, que precisarem da liberação de ponto para participar do Encontro Nacional devem se inscrever, impreterivelmente, até o dia 4 de maio.

É importante ressaltar que esses dias solicitados para dispensa de ponto deverão ser compensados posteriormente, conforme Instrução Normativa (IN) nº 2, de 12 de setembro de 2018, da qual destaca-se o art. 36 – “*Poderá haver a liberação do servidor*

público para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas”.

Como há limite de 5% de liberados por unidade administrativa, por evento, conforme Portaria nº 631/2013, será observada a ordem de inscrição de cada participante. Para fins de comprovação de participação, será entregue o certificado no último dia do Encontro, desde que o participante tenha assinado diariamente a lista de presença.

A ANFIP vai enviar o pedido de dispensa de ponto às unidades de lotação de acordo com o preenchimento no ato da inscrição. Por isso, é muito importante o preenchimento correto dos dados, principalmente em relação à unidade de lotação.

Conselho Executivo se reúne para avanços nas pautas associativas
Página 2

ANFIP acompanha divulgação do relatório da MP 905/19
Página 3

Benevix libera extrato de pagamento para o IRPF
Página 5

Conselho Executivo da ANFIP realiza reunião em Brasília



Nesta semana, aconteceu na sede da Associação, a reunião dos integrantes do Conselho Executivo da ANFIP. Foram três dias de intenso trabalho associativo, que abordou temas como as reformas Tributária e Administrativa, as PECs que integram o Plano Mais Brasil (186/19, 187/19 e 188/19),

assuntos jurídicos, apresentação e composição das comissões internas (Saúde, Planejamento Estratégico, Alteração do Regimento Interno e XVII Encontro Nacional), análise de contratos e Projeto 70 anos da ANFIP. O presidente Décio Bruno Lopes fez a abertura dos trabalhos.

Conselho Executivo recebe advogados em reunião ordinária

Em continuidade à agenda de reuniões do Conselho Executivo, os conselheiros receberam os representantes do escritório Farág Advogados e Associados para tratar de assuntos jurídicos e das novas ações abertas pelo grupo em prol dos associados aposentados e pensionistas da Entidade.

A ANFIP enfatizou a importância da conclusão de diversos processos em andamento, tais como o da Unidade de Referência e Padrão (URP), dos reajustes dos 28,86% e 3,17%, da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GDAT - 1999), da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (GIFA), do Bônus de Eficiência, entre outros.

Conselheira do Ministério da Fazenda da Espanha participa de encontro na ANFIP



O Conselho Executivo da ANFIP recebeu a visita da conselheira de Finanças da Embaixada da Espanha no Brasil, Antoinette Musilek, na terça-feira (18/2). O encontro, realizado na sede da Entidade, também contou com a presença da diretora Administrativa Financeira da Fundação ANFIP, Maria Geralda Vitor.

O presidente Décio Bruno Lopes

faz a abertura do debate, dando boas-vindas à especialista, que integra o Corpo Superior de Inspetores da Fazenda do Estado da Espanha na luta internacional contra a sonegação e evasão fiscal. “Essa é uma oportunidade para analisarmos as experiências internacionais na área tributária, num momento em que discutimos a reforma no sistema tributário

brasileiro”, ressaltou Décio Lopes.

Em sua apresentação, dentre os assuntos abordados, Musilek falou sobre a estrutura do Fisco espanhol, harmonização de tributos para evitar a bitributação, tributação de dividendos, tributação sobre grandes fortunas, luta internacional contra a sonegação de impostos e regras gerais de tributação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “A luta contra a sonegação de impostos é mundial. É preciso unir a fiscalização internacional para combater os paraísos fiscais”, afirmou a especialista.

Os dirigentes da ANFIP aproveitaram a oportunidade para esclarecer dúvidas na comparação dos sistemas tributário do Brasil e daquele país, assim como o funcionamento da Administração Tributária e do funcionalismo.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



ANFIP critica desoneração da folha na MP 905/19

Na terça-feira (18/2), o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou de audiência pública da Comissão Parlamentar Mista da Medida Provisória 905/19, no Senado Federal. O colegiado é presidido pelo senador Sérgio Petecão (PSD/AC) e tem como relator o deputado Christino Áureo (PP/RJ).

Durante a exposição, Vilson Romero alertou que a MP 905/19, ao desonerar a folha para contratação de jovens entre 18 e 29 anos, tem uma contrapartida muito cruel: a taxação do cidadão na condição mais humilhante do mercado de trabalho, a de desempregado.

O assessor lembrou que a Instituição Fiscal Independente (IFI) já havia denunciado que a taxação do seguro-desemprego alcança cerca de R\$ 12 bilhões em cinco anos, num viés claramente arrecadatório. Por outro lado, a proposta institui uma “bolsa patrão”, com desoneração da folha estimada em R\$ 11,3 bilhões, se for atingida a meta de empregos prevista no novo regime de contratação.



Romero acrescentou que a ANFIP se posiciona a favor de medidas que possibilitem a maior empregabilidade dos jovens, mas não de um programa como o Contrato Verde e Amarelo, financiado pela parcela sofrida de desempregados que acessarem o seguro-desemprego. Ao mesmo tempo, lembrou que o volume de recursos tributários já desonerados pela União atinge montantes elevados, sendo que só para o ano de 2020 serão R\$ 326 bilhões de gastos tributários, conforme o Orçamento da União.

“Diante disso, a ANFIP se posiciona frontalmente contra o financiamento do

contrato Verde e Amarelo às custas do desempregado e da precarização das relações de trabalho perpetradas pela MP”, afirmou Romero. Ele ressaltou também que a Entidade endossou uma emenda ao texto, assinada pela deputada Marcivânia (PCdoB/AP), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), em que sugere, na contratação de jovens, que a contribuição patronal para o Regime Geral de Previdência Social permaneça pelo menos a metade da atual, para não haver uma desoneração total, comprometendo ainda mais as contas da Previdência.

Comissão da ANFIP homologa relatório do planejamento estratégico

A Comissão do Planejamento Estratégico da ANFIP se reuniu na quarta-feira (19/2), para avaliar e validar o relatório elaborado pelos integrantes do Conselho Executivo, durante planejamento, que aconteceu de 4 a 6/2, com o objetivo de formular metas que nortearão as ações da Associação nos próximos dois anos.

Integram a Comissão os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Crésio Pereira de Freitas



(Assuntos da Seguridade Social) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial).

Após homologação, o relatório foi apresentado ao Conselho Executivo durante a reunião ordinária.

Governo registra maior redução no número de servidores na ativa em 20 anos

A queda no número de servidores públicos federais na ativa registrada em 2019, primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, foi a maior em pelo menos 20 anos, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal (PEP), mantido pelo Ministério da Economia.

O governo federal chegou ao final de 2019 com 607.833 servidores

públicos na ativa, 22.856 a menos do que o verificado ao final de 2018 (630.689), o que representa queda de 3,62%.

Apenas o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) perdeu 4.645 servidores em 2019. Nas últimas semanas, o governo tem recebido críticas devido a atrasos na concessão

de benefícios administrados pelo órgão.

O Ministério da Economia alega que os problemas no INSS não estão relacionados à redução no número de funcionários. Entretanto, uma das medidas apresentadas pelo governo para reduzir as filas é a contratação de 7 mil militares da reserva e de servidores aposentados do INSS.

ANFIP acompanha pautas no Senado Federal



Ainda nesta semana, Vilson Antonio Romero acompanhou a agenda no Senado Federal, que tratou de temas relevantes, como a MP 905/19 e a Reforma Tributária.

Relatório da MP 905/19

Após audiências públicas e diversos debates pelo país, o relator da MP 905/19, deputado Christino Aureo (PP-RJ), apresentou os resultados das análises das 1.928 emendas propostas ao texto que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. Centenas de emendas foram aceitas.

Em reunião dia 19/2, o deputado apresentou um Projeto de Lei de Conversão (PLV) que, entre outros pontos:

- amplia o alcance do programa para a contratação de pessoas com 55 anos ou mais;
- amplia o percentual máximo de contratação na nova modalidade,

passando de 20% para 25% do total de empregados da empresa;

- mantém a proporcionalidade para o pagamento dos direitos aos trabalhadores como multa de 20% para o FGTS, 2% de desconto de INSS, dentre outros;
- mantém a contratação de seguro privado para acidente de trabalho;
- torna facultativo o desconto do seguro-desemprego para financiar o programa; e
- mantém, com pequenas mudanças, o Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho; estímulo ao microcrédito; mudanças na CLT; fiscalização e multas trabalhistas.

Após a leitura do parecer, houve um acordo entre os parlamentares da comissão para vistas coletivas, assim sendo, o debate e a votação da matéria devem ocorrer na primeira semana de março.

Reformas em pauta

Ao mesmo tempo, a ANFIP também esteve na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) onde estava prevista uma audiência pública com foco nos efeitos imediatos da Reforma da Previdência.

A Entidade foi convidada para palestrar no encontro, porém, devido à movimentação no Senado Federal, inclusive com a instalação da Comissão Mista Especial da Reforma Tributária, a reunião foi cancelada, sendo reagendada para o início do mês de março.

Em relação à Reforma Tributária, o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciaram, em conjunto, os nomes dos 50 membros indicados pelos líderes partidários para compor a Comissão Mista Especial.

São 25 senadores e 25 deputados que devem consolidar o tão aguardado texto que engloba as propostas em tramitação na Câmara (PEC 45/19), no Senado (PEC 110/19) e, ainda, a matéria que será entregue pelo governo federal.

Os parlamentares têm o prazo de 45 dias para analisar o tema. Foi eleito presidente o senador Roberto Rocha (PSDB/MA) e designado relator o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB).

Benefícios

Masterchef no Rio Quente!



O Complexo Rio Quente preparou mais uma edição do 'Sabores do Brasil', este ano com início previsto para o dia 17 de março. Nesta edição, o jurado da maior competição de culinária do mundo, o chef Henrique Fogaça, realiza a abertura do evento no Hotel Resort, das 19h30 às 20h30, do dia 3 de abril, proporcionando uma aula-show para todos os hóspedes.

Foram convidados, ainda, os participantes que se destacaram nas últimas edições do programa, de todas as regiões, para ensinar receitas especiais durante a programação. Aproveite as atividades para toda a família e coloque a mão na massa!

Quer concorrer a uma Nespresso? Sorteio dia 1º de abril

Você, associado ANFIP, pode concorrer agora mesmo a uma belíssima cafeteira Nespresso! Para participar basta ativar o seu cadastro no clube de Vantagens da ANFIP. Quem já é associado também pode concorrer, é só atualizar seus dados. Acesse agora: anfip.temvantagens.com.br

Além deste sorteio, os associados podem usufruir de uma série de benefícios que a plataforma oferece. Confira!

Plano de saúde: declaração do IR 2020

A ANFIP informa aos associados que, a partir do dia 1º de março de 2020, o extrato de pagamento do plano de saúde Benevix estará disponível para acesso. O documento é destinado à declaração do Imposto de Renda ano-base 2019.

RFB anuncia regras para declaração do IR

A Receita Federal do Brasil anunciou as regras para a entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, exercício 2019. O envio deve ser feito no prazo de 2 de março a 30 de abril.

A declaração pode ser feita e transmitida pelo computador, fazendo o download do 'Programa Gerador da Declaração' (PGD), ou pelo Portal e-CAC. Para dispositivos móveis (tablets e smartphones), também está disponível o aplicativo "Meu Imposto de Renda".

As informações e documentos obrigatórios básicos necessários para fazer o processo são: nome, CPF, grau de parentesco dos dependentes e data de nascimento; endereço atualizado; cópia da última Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (completa) entregue; atividade profissional exercida atualmente; e dados da conta bancária para restituição ou débitos das cotas de imposto apurado, caso haja.

De acordo com a Receita Federal, devem declarar o Imposto de Renda os contribuintes que:

- Obtiverem rendimentos tributáveis (rendimentos com salários no exterior, ganho com aluguéis, ganho com serviços de transporte de cargas e passageiros, rendimentos de pensão judicial), cujo total anual foi acima de R\$ 28.559,70;

- Receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados na fonte (como a caderneta de poupança, indenizações trabalhistas etc.) em montante superior a R\$ 40 mil;

- Adquiriram, em qualquer mês ganhos na alienação de bens ou direitos submetidos à incidência de IR;

- Realizaram movimentações em bolsa de valores, de futuros, de mercadorias e afins;

- Obtiveram, em 2019, receita bruta em quantia superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural;

- Tinham, em 31 de dezembro de 2019, a propriedade ou posse de bens ou direito, incluída a terra nua, de montante total acima de R\$ 300 mil;

- Passaram à condição de residentes no Brasil em qualquer mês e assim se encontravam em 31 de dezembro de 2018.

MAIS UMA FACILIDADE DA BENEVIX PARA VOCÊ.

Para melhor atendê-los, comunicamos que a partir de **01/03/2020** estará disponível para acesso dos beneficiários em nossos canais de atendimento o extrato de pagamento do plano de saúde **Benevix**, para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (**IRPF 2020 - Ano base 2019**).

Basta acessar: cliente.benevix.com.br/ir/ e digitar o CPF do beneficiário.

Se preferir, o beneficiário também pode solicitar o extrato pelo atendimento online (www.benevix.com.br) e na central de atendimento Benevix: **0800 606 7272 / 4007 2415** ou no **Whatsapp 27 9 9953.6441** - <https://bit.ly/2XUdUdV>

Conte conosco!

Benevix Administradora de Benefícios.



Bônus de Eficiência é restabelecido para grupo de Auditores Fiscais

A Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Economia confirmou o pagamento, já na próxima folha, do Bônus de Eficiência a um pequeno grupo que ainda não havia recebido o benefício. O assunto foi tratado mais uma vez pela ANFIP, no dia 5 de fevereiro, durante reunião com a diretora Danielle Calazans (SGC/ME) e com a diretora de Gestão de Pessoas Lucíola Arruda.

Naquela ocasião, Danielle Calazans ressaltou que já havia autorização determinando o pagamento. O que se confirmou agora. A ANFIP, então, solicitou os nomes

dos beneficiados para conferência e acompanhamento. Além disso, a Associação deve entrar com ação na Justiça pleiteando o pagamento dos valores retroativos.

Essa foi uma demanda dos associados que a ANFIP trabalhou com muito afinco para garantir a efetivação do direito. A Entidade buscou, administrativamente, diversos órgãos para garantir o restabelecimento do pagamento e o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, que se manifestaram pela validade do pagamento do bônus.